

Nunc docet philosophia - Professores
de Filosofia nos colégios jesuíticos do
Estado do Brasil, 1570-1668

*Nunc docet philosophia – Philosophy
teachers in Jesuit colleges of the Estado
do Brasil, 1570-1668*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v12i26.56070>

Bruno Boto Leite

Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco

<https://orcid.org/0000-0003-2307-4005>

bruno.boto@ufrpe.br

Resumo

O presente estudo tem por fito a elaboração de uma análise prosopográfica dos docentes das escolas de filosofia da Companhia de Jesus da Província do Brasil. O que faremos buscando dar sentido histórico, cultural e político a essa análise populacional e institucional de modo a produzir um esboço de periodização preliminar da história dessas escolas. Esboço que possa suscitar debates e reflexões entre os estudiosos do período. Além do que, pretendemos, com isso, descortinar pistas de possíveis documentos escritos por esses agentes, os professores de filosofia, que possam ser futuramente empregados para o estudo e a compreensão mais orgânica e vívida da cultura dessas escolas.

Palavras-chave

História da Companhia de Jesus; História da Educação no Brasil; História da Filosofia no Brasil

Abstract

The purpose of this study is to carry out a prosopographical analysis of the philosophy teachers at the schools of the Society of Jesus in the Province of Brazil. It seeks to give historical, cultural and political meaning to this populational and institutional analysis in order to produce a preliminary periodization outline of the history of these schools. An outline which could provoke debates and reflections among historians of such period. Furthermore, we intend to uncover clues of possible documents written by these agents, the philosophy teachers, that could subsequently be used to study and understand the culture of these schools in a more organic and vivid manner.

Keywords

History of the Society of Jesus; History of Education in Brazil; History of Philosophy in Brazil

Premissa

O historiador da ciência italiano, Gabriele Baroncini, em um estudo sobre o ensino da Filosofia Natural nos Colégios jesuíticos da Província da Itália da Companhia de Jesus, datado de 1981, fez um importante balanço dos estudos dessas instituições na Itália. Primeiramente, ele afirmava que os estudos precedentes sobre a cultura propalada nas escolas jesuíticas italianas, apesar de cobrirem diversas instituições em diversas áreas e temporalidades, ainda careciam de esforços de síntese que tornassem úteis os vários estudos monográficos e localizados. Além disso, afirmava que a atenção dos historiadores estava frequentemente detida nos processos vividos fora das salas de aula, aplicando-se à pedagogia do ensino ou à simples descrição dos textos ou temas prescritos nos estatutos ou currículos oficiais. Poucas, ou mesmo pouquíssimas vezes, afirmava Baroncini, buscou-se compreender aquilo que era, de fato ensinado nessas escolas.¹

O autor afirmava, inclusive, que:

Os documentos para empreender uma pesquisa que transponha o limiar das aulas e não se detenha no estudo dos programas oficiais não faltam: basta pensar nos **manuais de filosofia natural impressos de difusão nacional ou internacional, naqueles que cobrem áreas mais restritas**, nos **cursos manuscritos**, nas **theses**, nas **reportationes**, nas **sillabi**, etc. Existe enfim toda uma série de documentos que permitem, em medida diversa, a aproximação das práticas educativas.²

¹ Diz Baroncini que: In realtà possediamo parecchi lavori anche dettagliati su diverse istituzioni, e che coprono diverse aree locali e temporali, ma in primo luogo mancano le sintesi che rendono utilizzabili i vari studi particolari, e in secondo luogo l'attenzione degli storici si è di solito fermata fuori dalla classe, applicandosi alla pedagogia dell'insegnamento o alla semplice descrizione dei testi o temi prescritti negli statuti o curricula ufficiali. Poche, o meglio pochissime volte, si è tentato di stabilire ciò che di fatto veniva insegnato. Cf. BARONCINI, Gabriele. "L'insegnamento della filosofia naturale nei collegi italiani dei Gesuiti (1610-1670): un esempio di nuovo aristotelismo" In: BRIZZI, Gian Paolo. La "Ratio Studiorum" – Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento. Roma: Bulzoni Editore, 1981, p. 163.

² I documenti per intraprendere una ricerca che varchi la soglia delle aule e non si fermi ai programmi ufficiali non mancano: basti pensare ai manuali di filosofia naturale a stampa di diffusione nazionale e Internazionale, a quelli che coprono aree più ristrette, ai corsi manoscritti, alle theses, alle reportationes, ai sillabi, ecc. Esiste insomma tutta una serie di documenti che permettono, in misura diversa, di avvicinarsi a quanto di fatto veniva insegnato in materia di filosofia naturale, tuttavia si può affermare che tali documenti hanno ricevuto un'attenzione inversa rispetto alla loro vicinanza alla pratica

A crítica lançada por Baroncini à historiografia das escolas jesuíticas italianas explicitava uma tendência em desvalorizar frequentemente os estudos mais voltados aos conteúdos ensinados naqueles estabelecimentos, os quais deveriam ser focados não em estudos prosopográficos ou análises curriculares mais genéricas, como a *Ratio* e os currículos específicos de cada escola, mas sim no estudo detido e aprofundado dos manuais de cursos, das anotações dos estudantes, de seus relatórios e nos seus trabalhos de conclusão.

E a razão desse vazio de estudos sobre a cultura ensinada nas escolas jesuíticas italianas era explicada pelo mesmo autor da seguinte forma:

A razão desta situação é muito simples: pensou-se, e é opinião ainda difusa nos dias de hoje, que não valia de fato a pena ler os textos cujos conteúdos já eram, desde a partida, conhecidos. Física escolástica ou peripatética, ou mais simplesmente aristotelismo: esta etiqueta foi por muito tempo uma razão suficiente para se arquivar não somente uma imponente produção literária, mas também o mais difuso instrumento de acesso dos intelectuais europeus do Seicentos ao conhecimento da realidade natural.³

Sendo assim, ficava posto que a razão para a ausência de estudos mais detidos acerca dos conteúdos administrados nas escolas jesuíticas e mais precisamente a tradição filosófica aristotélico-escolástica repousava na ideia de uma unidade substancial daquele conhecimento em oposição aos demais sistemas

educativa. Cf. Idem, p. 163. Ele diz, além disso, que um juízo análogo fora emitido em Ch. B. Schmitt. *Philosophy and Science in sixteenth Century Universities: some preliminary comments*, In: J. E. Murdoch & E.D. Silla (eds.). *The cultural context of Medieval Learning*. Dordrecht: Reidel, 1975, pp. 485-487. O negrito é nosso.

³ La ragione di questa situazione è molto semplice: si è pensato ed è opinione ancor oggi diffusa, che non valesse affatto la pena di leggere testi di cui già in partenza si conosceva il contenuto. Fisica scolastica, o peripatética o più semplicemente aristotelismo: questa etichetta è stata per molto tempo una sufficiente ragione per archiviare non solo una imponente produzione letteraria, ma anche il più diffuso strumento di accesso per l'intellettuale europeo del Seicento alla conoscenza della realtà naturale. Idem, pp. 163-164.

filosóficos modernos. Em outras palavras, compreendia-se o saber aristotélico-escolástico de forma genérica e com profundo preconceito, sem se ter em mente a diversidade de leituras e interpretações existentes no interior da referida tradição. Basta pensar nos comentários arabizantes de Averróis e Avicena, na complexa visão orgânica dos comentários de Alexandre de Afrodisia e na escolástica de base republicana de Marsílio de Pádua e Bartolomeu de Sassoferrato, tão empregada por Quentin Skinner para sustentar, erroneamente, um termo de continuidade entre o pensamento escolástico medieval e o pensamento renascentista moderno.⁴

Isso tudo, para não falar da moderna e importante distinção entre Primeira e Segunda Escolástica. Sendo a primeira aquela gestada no período medieval, com base na contribuição das tradições das diferentes ordens religiosas, como os franciscanos e os dominicanos, e a segunda aquela renascida depois do impacto do humanismo a partir de uma profunda consciência histórica e de uma leitura crítica e filológica dos textos filosóficos antigos e medievais. A escolástica moderna, produzida por clérigos seculares, dominicanos e jesuítas, ajustava-se às novidades do período respondendo aos vários anseios daquele tempo.

Estudo fundamental para romper com essa visão unitária da filosofia aristotélica e escolástica foi aquele de Charles B. Schmitt sobre as diferentes filosofias aristotélicas do Renascimento, *Aristotle and the Renaissance* (Harvard, 1983). Antes dele, o filósofo catalão José Ferrater Mora, no ensaio intitulado *Suárez y la filosofía moderna* (1955), deixava clara a importância e a novidade da escolástica jesuítica para a formação do pensamento moderno e mais especialmente para o pensamento de filósofos como Descartes, Malebranche, Spinoza, Locke, Leibniz e muitos outros.⁵

Esses estudos apontavam, de forma ampla, para a importância e a necessidade de se estudar com mais profundidade e historicidade a tradição escolástica, e mais especialmente aquela moderna, de modo a romper com a clássica leitura monolítica dessa tradição. É importante recordar aqui também

4 SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

5 Mora afirmava que “los autores citados prestaron demasiada atención a la escolástica clásica, y demasiada poca a la escolástica con la cual efectivamente se las hubieron los filósofos modernos.” (MORA, 1955, p. 158).

os estudos desenvolvidos pela apologética católica que ampliaram de alguma forma, com algumas objeções, a compreensão do tema.⁶

No âmbito da história ibérica e mais precisamente portuguesa, a mesma afirmação, *mutatis mutandi*, pode ser feita com relação aos estudos sobre as escolas de filosofia da Companhia de Jesus em Portugal e na América portuguesa. A maioria dos estudos clássicos que trataram da questão tenderam a ver as escolas da Companhia como centros de tradição escolástica e aristotélica, classificando essa tradição a partir de uma leitura esquemática, uniformizante e ahistórica que não possibilitou a observação, portanto, nesses espaços, da existência de práticas culturais heterogêneas, complexas e específicas.⁷ O que, claramente, teve forte impacto nos estudos sobre a tradição aristotélica portuguesa.

Isso tudo apesar da fortíssima crítica desferida contra essa leitura uniformizante por um dos grandes estudiosos portugueses da cultura oratoriana, Antônio Alberto Banha de Andrade. Este, em 1946, na obra *Vernei e a filosofia portuguesa*, atacava a ideia corrente de um atraso da filosofia jesuítica. Ele, ao contrário, argumentava ali a existência de uma *Renascença nos Conimbricenses*, ou seja, da presença na cultura da escola de Coimbra de inúmeras questões e debates modernos em vigor na Europa daquele tempo.

6 Basta pensar em alguns importantes estudos sobre a Escolástica salmantina e outros mais extensivos sobre o pensamento de Francisco Suárez produzidos, em larga medida, por autores oriundos do clero católico e ou ligados à tradição cristã. Cf. GIACON, Carlo. S.J. *La seconda scolastica – I grandi commentatori di San Tommaso*. Milão: Fratelli Bocca, 1947; e a vasta bibliografia dos estudos suarezianos constantemente alimentada pelo professor assistente de filosofia da Universidade Cristã de Asbury em Kentucky, EUA, Sydney Penner, e disponível online: <https://www.sydneypenner.ca/bib.shtml>. É verdade que os estudiosos da filosofia medieval ampliaram muito esse campo de estudos, porém, ao tratar a escolástica moderna como um termo de continuação da escolástica medieval, trataram a tradição em questão na chave apologética da filosofia perene. Isso posto, apesar do detalhamento investigativo, contribuíram para a compreensão monolítica e ahistórica do pensamento escolástico, não aplicando a ele o princípio da análise dialética ou histórica. Por isso, certos filões como aquele da escolástica da escola de Coimbra não foram investigados com maior profundidade e de maneira filológica. E preocupou-se menos ainda em compreender a inserção conjuntural, histórica, e programática desses pensamentos e projetos filosóficos. Sendo assim, aprofundaram a ideia de que esses autores não correspondiam e nem respondiam a questões candentes de seu tempo, esquecendo-se do princípio, esse sim basilar, de que “a cabeça pensa onde os pés pisam”.

7 José Sebastião da Silva Dias, em seu importante artigo de 478 páginas que depois foi publicado como livro, *Portugal e a cultura europeia* (1952), afirmava que a modernidade em Portugal adviria somente a partir da circulação de personagens que, ao saírem do território português e obterem uma formação diferenciada no estrangeiro, contribuiriam para a diversificação e a inovação das tradições culturais portuguesas. Para além de contribuir com a noção assaz problemática de Estrangeirado, Silva Dias perpetrou o preconceito de base mecanicista e iluminista, para não dizer liberal, contra as diferentes tradições escolásticas existentes nos espaços universitários e culturais portugueses.

Apesar de toda a crítica, a força do preconceito tem uma estranha pregnância nas mentes as mais brilhantes. Somente muito recentemente atinou-se para a importância dos manuais de filosofia natural produzidos e impressos em Coimbra e de difusão internacional: o *Cursus Conimbricensis* ou os comentários coimbrãos à obra de Aristóteles. Em 1992, o estudioso José Pinharanda Gomes, no livro *Os Conimbricenses*, levantou a importância dessa obra para a cultura portuguesa. Em 2003, o estudioso Luís Miguel Carolino no seu livro *Ciência, astrologia e sociedade: a teoria da influência celeste em Portugal (1593-1755)*, estudo sobre a fundamentação teórica do discurso astrológico em Portugal, devassou muitos desses manuais impressos, internacionais e locais, da Companhia de Jesus apontando para a sua importância no que toca à compreensão da astronomia e da matemática entre os ibéricos modernos.

Além disso, mais recentemente, o grupo organizado na Universidade de Coimbra pelo estudioso Mario de Sá Carvalho iniciou um amplo projeto de estudo dos manuais Conimbricenses visando analisá-los em maior profundidade e traduzi-los. Disso, felizmente, resultou muitos estudos sobre alguns comentários em particular⁸ e a tradução de parte dos comentários ao tratado da Alma de Aristóteles.⁹

Se os estudos sobre essa importante obra impressa ainda se acham nos seus primórdios, os estudos dos demais tratados impressos de menor circulação, como aqueles de Rodrigo Arriaga e de Baltazar Telles¹⁰, os cursos manuscritos, as teses, as notas ou relatórios de curso (*reportationes*), as ementas de

8 Entre os muitos estudos do grupo em questão, Cf. CARVALHO, Mario Santiago de. "Manuel de Góis: The Coimbra Course and the Definition of an Early Jesuit Philosophy" In: CASALINI, Cristiano (ed.). *Jesuit Philosophy on the Eve of Modernity*. Leiden: Brill, 2019, pp. 347-372; Idem. "Beyond Psychology - The Philosophical Horizon of the Coimbra Commentary on Aristotle's 'De Anima' (1598)" In: HEIDER, Daniel (Ed.) *Cognitive psychology and early Jesuit Scholasticism*. pp. 67-95; CAMPS, Maria da Conceição. "a questão da imortalidade da alma intelectual individual segundo Baltasar Álvares (1598) e Francisco Soares Lusitano (1651)". *Revista Filosófica de Coimbra* 24 47 (2015): 123-148; Idem. "A questão da imortalidade da alma no Curso Jesuíta Conimbricense segundo Manuel de Góis e Baltasar Álvares". In: *Redenção e Escatologia, Estudos de filosofia, Religião, Literatura e Arte na Cultura Portuguesa*. Portugal: Universidade Católica Portuguesa, 2017, pp. 393-409; CAMPS, Maria da Conceição; CARVALHO, Mário Santiago de. "Presenças do Estoicismo no curso aristotélico jesuíta conimbricense (1592-1606)". *Revista Filosófica de Coimbra* 23 46 (2014): 349-374.

9 Comentários do Colégio conimbricense da Companhia de Jesus sobre os três livros do Tratado 'Da Alma' de Aristóteles Estagirita. Introdução geral à Tradução, Apêndices e Bibliografia de Mário Santiago de Carvalho. Tradução do original latino por Maria da Conceição Camps. Lisboa: Edições Sílabo, 2010.

10 Conferir CAROLINO, Luís Miguel. "Baltazar Teles e a dinâmica celeste na primeira metade do século XVII. A dimensão metafísica de um problema cosmológico". In: CAROLINO, Luis Miguel (org.). *Jesuítas, ensino e ciências: séc. XVI - XVIII* ; [Encontro Internacional Jesuítas, Ensino e Ciência

curso (*sillabi*), etc, da tradição aristotélica portuguesa são, senão raros, inexistentes. Numa obra datada de 1868, Lopes Praça afirmava que

Existem hoje na Biblioteca da Universidade [de Coimbra] dezenas de livros manuscritos sobre matérias filosóficas. Estes manuscritos não podem deixar de considerar-se, como uma das fontes, mais preciosas para a formação de uma História Filosófica, minuciosa, circunstanciada e completa.¹¹

O eco do apelo de Praça para o uso da tradição manuscrita da filosofia portuguesa ainda pode ser ouvido no tempo presente vagando pelo vazio da permanente ausência dos estudos sistemáticos sobre essa vasta documentação. 156 anos se passaram e esses documentos, alguns dos quais se acham disponíveis na internet em formato digital, ainda se acham absolutamente indevasados. Excetuando-se os importantíssimos estudos sobre a cosmologia portuguesa do período moderno feitos por Luís Miguel Carolino¹², a grande maioria dos trabalhos sobre a cultura filosófica em Portugal foca-se no estudo dos livros impressos e não na tradição manuscrita. Há muito ainda a ser feito!

(séculos XVI - XVIII). Universidade de Évora, em setembro de 2003]. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005 pp. 99-122.

11 Cf. PRAÇA, Joaquim José Lopes. História da Philosophia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da philosophia. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1868, p. 130. [Edição de 1988, p. 176]

12 Cf. CAROLINO, Luís Miguel. Geo-Heliocentric controversies – The Jesuits, Tycho Brahe, and the Confessionalisation of Science in Seventeenth-Century Lisbon. Veneza: Edizioni Ca'Foscari, 2023; Idem. "The Nature of University Selection among Jesuits Professors of Philosophy at the University of Évora (1559–1779)" In: KOUAMÉ, Thierry, BELHOSTE, Bruno, NOGUÈS, Boris, PICARD, Emmanuelle (orgs.). Examens, grades et diplômes. La validation des compétences par les universités (XIIe - XXIe siècle). Paris: Éditions de la Sorbonne, 2023, pp. 265-275; Idem. "Between Galileo's celestial novelties and Clavius's astronomical legacy: the cosmology of the jesuit Giovanni Paolo Lembo (1615)". In: Galilæana, XVII, 2020, pp. 193-217; Idem. "The Jesuit Paradox: Intellectual Authority, Political Power, and the Marginalization of Astrology in Early Modern Portugal". In: Early Science and Medicine, 22, 2017, pp. 438-463; Idem. "Cristoforo Borri e o impacto da nova astronomia em Portugal no século XVII". In: Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, jul/dez 2009, p. 160-181; Idem. "João Delgado SJ e a «Quaestio de certitudine mathematicarum» em inícios do século XVII". In: Revista Brasileira de História da Matemática, Vol. 6. Nº 11, abril/2006 - setembro/2006, pp. 17-49; Idem. "Mathematics and the Late Aristotelian Theory of Science: the 'Quaestio de Certitudine Mathematicarum' in Seventeenth-Century Portuguese Universities" In: BROTONS, Victor Navarro & EAMON, William (org.). Mas allá de la Leyenda Negra – España y la Revolución Científica. València: Instituto de História de la Ciencia y Documentación Lopez Piñero, 2007, pp. 339-411; Idem. "Philosophical teaching and mathematical arguments: Jesuit philosophers versus Jesuit mathematicians on the

Entretanto, apesar de tudo o que foi dito, complementarmente às afirmações de Baroncini, é preciso dizer que, sem os estudos institucionais e administrativos das escolas jesuíticas não seríamos aptos a isolar e identificar os documentos ali lidos e empregados. Sem a compreensão da estrutura das instituições escolares, seus organizadores, os prefeitos dos estudos, seus professores, seus alunos e seus documentos normativos não nos é possível, como propõe o italiano, transpor o limiar das aulas. Daí que, se há um número considerável de estudos institucionais das escolas jesuíticas italianas, como atesta o autor em pauta, o mesmo não pode ser dito a respeito de Portugal e ainda, muito menos, a respeito das escolas da América portuguesa.

No caso português, é importante mencionar os estudos de João Pereira Gomes, *Os professores de Filosofia do Colégio das Artes (1555-1759)* (Braga, 1955) e *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759)* (Évora, 1960) e o estudo de Friedrich Stegmüller, *Filosofia e Teologia nas universidades de Coimbra e Évora no século XVI* (Coimbra, 1959). Nestes estudos de prosopografia universitária em que são feitos pequenos esboços biográficos e listas preliminares das obras dos professores, apesar de não adentrarem no universo conceitual dos escritos filosóficos usados naqueles espaços, descortina-se aos olhos do leitor a enorme diversidade dos mestres escolas jesuítas da Província de Portugal e suas produções filosóficas particulares. Esses trabalhos, apesar de frios, descritivos e esquemáticos, tem uma enorme importância instrumental para os estudos históricos e filosóficos futuros sobre o tema.

O conhecimento que temos dos atores, e especialmente dos professores, daquelas escolas, suas trajetórias e suas obras impressas e manuscritas apesar de serem muito superficiais, comporta-se como um ponto de partida fundamental para futuros projetos de pesquisa. Se as pesquisas sobre o tema em Portugal ainda não foram empreendidas, podemos conjecturar, isso se deve, antes de mais, não à ausência de guias para a pesquisa, mas sim, acreditamos, ao preconceito antiescolástico e antiaristotélico acima referido.

Tendo dito isso, se algo foi feito para o caso português, pouquíssimo ou nada foi feito para o caso das escolas luso americanas. Nesse caso, para além das falas generalizantes e pouco embasadas em estudos empíricos, não há traço de informação sobre a realidade institucional e cultural concreta vivida naqueles espaços de saber e muito menos sobre seus agentes: os prefeitos dos

controversy of Comets in Portugal". In: FEINGOLD, Mordechai. *History of Universities*. Volume XVI (2), 2000, pp. 65-95.

estudos, os professores das diferentes disciplinas, como as humanidades, a filosofia e a teologia, e os alunos, internos e externos.

Assim sendo, o que pretendemos com este presente estudo não é, imediatamente, atender aos anseios programáticos de Baroncini. Anseios que abraçamos como referência para nossos estudos. E, muito menos, replicar o esforço artificial e descritivo de João Pereira Gomes e o de Friedrich Stegmüller no sentido de somente produzir uma prosopografia ou uma lista dos professores e de suas obras filosóficas. Longe disso, pretendemos sim empreender um esforço prosopográfico voltado às populações docentes das escolas de filosofia da Companhia de Jesus da Província do Brasil¹³, mas, diversamente destes autores, buscaremos dar sentido histórico, cultural e político a essa dinâmica populacional e institucional de modo a produzir um esboço de periodização preliminar da história dessas escolas. Esboço que possa suscitar debates e reflexões entre os historiadores do período. Além do que, pretendemos, com isso, descortinar pistas de possíveis documentos escritos por esses agentes, os professores de filosofia, que possam ser futuramente empregadas para o estudo e a compreensão mais orgânica e detalhada da cultura nessas escolas.

Este estudo se baseia, portanto, na análise detida das informações contidas nos *Catálogos breves e trienais da Companhia de Jesus da Província do Brasil*. Trata-se de uma documentação administrativa existente no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), o Arquivo Romano da Companhia de Jesus. Sua existência deriva da prática dos provinciais do Brasil de enviar periodicamente¹⁴ aos Prepósitos-gerais em Roma as descrições detalhadas dos *estabelecimentos* da Companhia de Jesus daquela província e dos *sujeitos* situados e operando em cada um desses espaços. Essas informações eram passadas em língua vulgar, espanhol, italiano ou português, ou em língua latina.

Para o caso das escolas de filosofia, nos é possível averiguar os nomes dos diferentes docentes da disciplina. Ali, com base nos qualificativos de *Mestre de Artes*, *Lector del Curso*, *Nunc docet philosophia* ou ainda *Modo docet philosophia* pudemos identificar os professores do curso para este estudo. No caso dos estudantes, os catálogos nos fornecem relações dos alunos internos, jesuítas.

13 A Província do Brasil da Companhia de Jesus respondia essencialmente à jurisdição do Estado do Brasil. As partes do Maranhão e Grão-Pará, apesar de alguma maneira vinculadas, na prática, a essa província, estava juridicamente vinculada à Província de Portugal. Portanto, em função disso, e por uma questão de economia analítica, não nos ocuparemos aqui das escolas de filosofia do Maranhão e nem das do Grão-Pará.

14 A frequência de envio dos catálogos é variável, podendo acontecer no espaço de dois em dois anos ou mais.

Para os estudantes externos temos, no máximo, em alguns catálogos, a relação do seu número, como no catálogo de 1589 onde se pode ver que cursavam *Artes*¹⁵ 16 alunos externos. Assim, neste caso, somente é possível complementar essas informações cruzando-as com outras oriundas de arquivos e documentações diversas.

Esses catálogos traziam também importantes informações biográficas sobre esses indivíduos, apontando para o seu lugar de nascimento, a data de sua entrada na Ordem e sua profissão solene, sua formação cultural, seu cargo específico (se atuava como reitor, prefeito dos estudos, professor, estudante ou outros) e suas atribuições e competências (se era pregador ou confessor e se possuía o conhecimento da língua nativa). Alguns catálogos contavam, inclusive com listas em que vinham analisadas as disposições humorais e, portanto, passionais ou morais de cada um dos padres, o que servia aos administradores na hora de delegar os cargos, fazendo-o em função da compleição passional de cada padre. Na imagem abaixo, é possível constatar a estrutura desses documentos e a riqueza das informações ali contidas:

¹⁵ Artes era o modo como a Filosofia era chamada na época.

Catálogo de los P.^{os} y P.^{as} de la Univ. del Brasil. año de 89.

4 P. Marçal Bellicente Provincial.
 2 P. Luis de Franca comp.^{te} consult.^{te} y P.^o del P. Univ.
 c.f. fran. d'ha entrance en la nave de los P.^{os} y nauis.

Al.^o de la Baya

1 P. fernan Cardov Al.^o pred. consult. del P. Univ.
 1 P. Alon.^o g^o Mivinho profeta de la igla. confes.
 1 P. N.^o de peiza consult. profeta de la casa spual.
 c.f. confesio de lo de catu. y igla.
 2 P. Luis Valente confes. leng.
 2 P. Ant.^o Blaquez confesio de la igla. pred.
 1 3 P. Martin de Rocha confes. y predicador.
 2 P. Manuel de San andia al poudor.
 3 P. Bartholomeo de Alou confes. y pred.
 3 P. Manuel d'ua confes.
 3 P. Gonalo de Alu. confes. leng.
 c.f. P. Bartholomeo g^o y leng. andan en Matuina.
 2 P. Cheseu g^o

Theologia. clad. externo. 5

2 4 P. Quiriquilaca ut. consult. pred. confes. de lo de casa.
 2 P. Emanuel de Franca pred.

Casa de consciencia. ff. de ordinario uicere
6. de fuera

2 4 P. fran. fernandez. Al.^o pred. consult.
 3 P. P.^o fernandez.
 3 P. fran. fernandez. leng.
 1 Melchior de casta.

Curso de Artes. Exclaves de fuera. 16

1 Domingos Coelho M.
 2 P. Domingos Henrique.
 3 P. Madeira.
 1 Gaspar g^o M. de la long.
 2 Domingos g^o.
 3 Bartholomeo de Mivinho } leng.
 3 Saluador Coelho
 1 Francisco de Almeida
 3 Antonio Saraujo

1^a Clase. clad. de fuera. 11
 2 3 P. Cristoval fernandez Al. pred.
 1 Antonio de Alou.

2^a Clase. son lo de fuera. 40

1 Gaspar de Sampaioz M.
 2 Manuel g^o leng.

Clase de los yescruis. clad. 12

1 c.f. Belchior de Alou. Al. pinto. y barba.

Oficiales cur.^{os}

2 fran. g^o de Mivinho q^o tiene ciudad de la f. de casa.
 2 fran. leitoz par. del caso.
 2 Manuel Mivinho enfermo.
 2 c.f. fran. alouz cozinero.
 2 Antonio Juan sacristan. alferiate. barba.
 1 Francisco de Alou carpintero.
 2 Luis g^o pedero.
 3 Domingos g^o xalherupera.
 2 Diego m^oz. par. de y profeta de la salud.
 2 P.^o de Alou de Franca y capat.
 2 Juan Mivinho de Alou.
 3 fran. g^o de Franca en lo de officio.
 1 Antonio g^o de Franca de lo de officio.
 2 Antonio g^o de Franca de lo de officio.
 2 Pero fernandez carpintero.
 Casa de Prouacion.
 2 P. Vicente g^o M. consult. Al.^o confesio de lo de casa.
 y q^o de la oye Theologia.
 2 Sebastião g^o.
 2 fran. de Alou la Artista.
 3 Diego de Alou de Franca } clad.
 2 Antonio g^o.
 2 fran. de Alou.
 2 Belchior fernandez.

Residencias annexas al Coll.

Spiritua.^l Tiene esta Alou. dos annexas

2 c.f. P. Antonio d'ua sup.
 2 P. Antonio g^o pred. } leng.

Figura 1. Primeira página do Catálogo trienal de 1589 em que são descritos os estabelecimentos da Ordem existentes naquele ano e os agentes dispostos naqueles espaços. Reparem no item *Curso de Artes*: neste item podemos constatar quem era o responsável pelo curso, no caso o P. Domingos Coelho, a descrição nominal dos alunos internos (um padre e sete irmãos) e a menção ao número de estudantes externos (*escolares de fuera*) sem, contudo, a sua discriminação (16 estudantes. Eram, ao todo, 24 estudantes no ano de 1589).

Assim, com base nessas informações, analisaremos quais eram as Escolas de Filosofia existentes na Província do Brasil e quem eram seus professores. Deixaremos o estudo das populações estudantis para futuros trabalhos. A lista dos professores que aqui apresentaremos seguirá, portanto, *pari passu* a ordem cronológica dos catálogos. Por isso, confeccionamos uma descrição detalhada dessa documentação no interior do recorte aqui proposto que vai em anexo no fim do artigo. Nessa lista, dispõe-se da data de cada um dos catálogos, sua referência precisa no ARSI e o provincial responsável por sua confecção (Apêndice I). A partir dessa lista em apêndice, o leitor poderá confrontar a lista dos professores, inteiramente confeccionada em acordo com a ordem temporal desses documentos, e dispor das referências precisas de onde tiramos as informações.

Nosso recorte temporal, vai da primeira lição de filosofia ministrada no Colégio da Bahia pelo padre Gonçalo Leite até o ano de 1668 quando terminam as guerras de Restauração entre Portugal e a Espanha. Nesse último período, desde 1654, os estabelecimentos jesuíticos da Província do Brasil estavam sofrendo uma sensível expansão e, com ela, expandia-se também a existência de escolas de filosofia.

Entretanto, como dissemos, disporemos dessas informações levando em conta a história administrativa, política e missionária da Companhia de Jesus na América portuguesa e, especialmente, no *Estado do Brasil*. Além do que, confrontaremos os resultados iniciais da pesquisa com os produtos de outros estudos sobre as escolas jesuíticas, como aqueles de Pereira Gomes e Stegmüller. Debateremos sobre a importância das missões no surgimento desses espaços, sobre como determinadas tensões internas da Ordem, sempre muito abafadas pelos relatos edificantes de época e pela historiografia apologética, incorreram na alimentação desse novo sistema educacional, e sobre as dinâmicas escolares que atuaram de modo a mudar e complexificar a atuação da Ordem na Província do Brasil.

A formação da estrutura educacional da Companhia de Jesus na Província do Brasil (*Estado do Brasil*)

Apesar dos jesuítas terem chegado à América portuguesa na armada do primeiro governador-geral do Brasil, Tomé de Sousa, em 1549, a sua primeira escola de filosofia só surgiu no ano de 1572. Antes disso, inauguravam-se os diversos estabelecimentos da Ordem na América portuguesa, centros operacionais de suas atividades, como as aldeias, as fazendas, as residências ou casas e os colégios. Como dissemos em outro estudo, não havia necessariamente escolas em todos os colégios, havendo algumas vezes escolas de latim e humanidades em algumas residências. Donde o termo *Colégio* não deve se apresentar para o estudioso do tema como um sinônimo de *estabelecimento de ensino*, que aqui denominaremos preferencialmente de *Escola*.¹⁶

As circunstâncias da formação das escolas de filosofia e teologia da Companhia de Jesus na Província do Brasil atrelam-se, acreditamos, às dinâmicas catequéticas vividas pelos padres desde a construção do projeto missionário por Manuel da Nobrega de 1549 a 1560 e na sua ulterior proposta de *reforma*

16 É muito importante atentar, como já dissemos em outro estudo, para a diferença entre Colégio e Escola. Isso porque o Colégio jesuítico apresentava-se como o núcleo organizacional da atividade da Ordem: era ali que residiam provinciais, reitores, padres e irmãos, era ali que eram organizadas as atividades missionárias e produtivas, como aquelas conduzidas nas fazendas jesuíticas, e, por fim, era ali, mas não só, que se organizavam as escolas onde se ofertavam lições de humanidades, filosofia e teologia voltadas aos membros internos da Ordem e aos membros externos, eclesiásticos ou leigos. Essa diferenciação é importante pela seguinte razão: muitos estudiosos, ao confundirem os colégios com as escolas, pressupuseram ter havido em todos os colégios da Ordem instituições escolares e universitárias sem um estudo prévio e detalhado do fato, resultando em descrições alucinadas e em afirmações não somente infundadas a respeito das escolas da Companhia de Jesus, como também, e muitas vezes, errôneas. Esse é o caso das informações dispostas atleticamente na obra de Aldo Scaglione que não nos parecem precisas. (Cf. SCAGLIONE, Aldo. *The Liberal Arts and the Jesuit College System*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1986.) Em outras palavras, o que estamos afirmando aqui é que havia escolas da Companhia em muitos de seus Colégios e Residências, mas nem todo Colégio dispunha de escolas. Esse foi o caso da maioria dos Colégios jesuíticos da América portuguesa no século XVI. Naquele período existiam somente três colégios, o da Bahia (Salvador), o do Rio de Janeiro e o de Olinda. Havia, nestes três colégios, escolas de Humanidades, mas somente houve, para o período em tela, no Colégio de Salvador, escolas de Filosofia e Teologia. Por conseguinte, para fazermos a conexão direta entre Escola e Colégio, é preciso que os estudiosos da Ordem estudem cada Colégio para notar se ali havia ou não escolas de humanidades, filosofia ou teologia. Sem o que, toda afirmação apressada deve ser posta em dúvida. Cf. LEITE, Bruno Martins Boto. “Fábrica de intelectuais O ensino de Artes nos colégios jesuíticos do Brasil, 1572-1759”. *Revista História Unisinos*. v. 24, n. 1, janeiro/abril 2020.

das missões como bem descrita por José Eisenberg.¹⁷ Desde o início da implantação dos aldeamentos, os jesuítas vinham sofrendo o revés não só da dificuldade da catequese dos nativos como, sobretudo, da pertinácia dos moradores que, como no caso do aldeamento de São Paulo, constantemente invadiam as aldeias jesuíticas e subtraíam a elas os indígenas aldeados transformados pelo esforço missionário com o fito de escravizá-los.

Com o passar do tempo, ficava claro aos padres envolvidos na construção do projeto dos aldeamentos, como Quirício Caxa, que o maior obstáculo à conversão dos indígenas não vinha de sua resistência às tradições europeias, mas sim da falta de freio moral dos moradores que, muitos dos quais, viviam de modo contrário às tradições católicas e, por conseguinte, às orientações políticas da Coroa portuguesa. Fazia-se, portanto, urgente estabelecer um novo plano de ação desta vez junto às populações portuguesas residentes no Estado do Brasil. Para além da ação concionatória ou parenética e da ação confessional, era importante construir um dispositivo de ação efetivo e sistemático dos jesuítas junto aos moradores.

Foi no bojo dessa tomada de consciência que o mencionado padre Caxa forjou um dispositivo moral alternativo ao projeto dos aldeamentos, aquele da *servidão voluntária*¹⁸, que desse folga a alguns padres para que deixassem de lado a empresa missionária e se pusessem com maior afinco a atuar junto aos moradores desviantes. Segundo Eisenberg, Caxa fazia parte de um grupo de padres absolutamente desiludidos com os caminhos da empresa missionária jesuítica já em 1560. O grupo em questão não foi tratado com maiores detalhes pelo estudioso da polémica.¹⁹ Foi desse grupo, acreditamos, que surgiu o projeto de organização das escolas voltadas essencialmente aos moradores da sociedade portuguesa emergente nos trópicos americanos.

É possível, assim, afirmar com base em alguns argumentos dos historiadores da Companhia de Jesus da América portuguesa que a década de 1560 representa um período de crise interna no interior da Província do Brasil. Crise essa que é também marcada por amplas tensões entre o então provincial Manuel da Nóbrega e o futuro provincial Luís da Grã.

¹⁷ EISENBERG, José. Op. Cit.,

¹⁸ EISENBERG, José. Op. Cit.,

¹⁹ Pretendemos, em estudo futuro, analisar com maior detalhamento a conjuntura de 1560-70 de modo a identificar os grupos em litígio e os caminhos que desembocaram na proposição das escolas jesuíticas voltadas não só à formação missionária, mas, sobretudo, à formação dos moradores da sociedade portuguesa dos trópicos.

Lembremos que em 1559 o padre Nóbrega foi destituído do cargo de Provincial e substituído pelo padre Luís da Grã, com quem, nos parece, afinou-se o padre José de Anchieta. Lembremos também que em função dessa crise foi enviado à Província do Brasil o visitador Inácio de Azevedo precisamente em 1566. A função do visitador era absolutamente lateral no interior das *Constituições* da Ordem. Sua função, apesar de disposta como regular e voltada ao bom governo dos estabelecimentos da Companhia, era, na prática, acreditamos, a de solucionar impasses vividos internamente no interior da Ordem.²⁰

E o objetivo daquela visita envolvia, entre outros temas, a fundação dos Colégios jesuítas, em especial o do Rio de Janeiro, posto que o da Bahia já havia sido fundado em 1564, a exposição, esclarecimento e a aplicação das constituições da Companhia recebidas no Brasil em 1556, a regulação dos batismos dos indígenas, a associação e nexos entre as aldeias e os superiores nos colégios, o envio de irmãos portugueses para a província do Brasil e, sobretudo, acreditamos, a implementação de um sistema de formação educacional dos moradores.

20 O estudo fundamental de Guy Philippart, S.J., *Visiteurs, Commissaires et Inspecteurs dans la Compagnie de Jesus de 1540 a 1615*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1969, mostra que, para além do ofício do visitador não constar de modo claro nas *Constituições* da Ordem, sua regulamentação seguiu os usos práticos que dela foram feitos desde a visita de Lainez a Sicília em 1548. A história do cargo de visitador ainda carece de estudos mais detidos sobre o sentido e significado das visitas concretas e reais feitas às diferentes partes do mundo pelos agentes da Companhia de Jesus, como o foram as visitas à Província do Brasil de Inácio de Azevedo em 1566, a de Cristóvão de Gouveia em 1583, a de João de Madureira em 1601, a de Manuel de Lima em 1610, a de Henrique Gomes em 1622, a de Pedro de Moura em 1639, a de Giacinto de Magistris em 1663 e a de Manuel Juzarte em 1667. Contudo, pelo conhecimento prático que temos do assunto, e pela afirmação no Ofício da visita de 1566 que afirmava que o papel do visitador era o de que eles façam o ofício de anjos da paz, unindo a cabeça com o corpo místico (PHILIPPART, 1969, p. 44, n. 222), acreditamos que a função do visitador, antes de qualquer coisa, era a de abrandar a existência de tensões internas que pudessem existir na Ordem em momentos chave de sua história. Tal como foi o caso, acreditamos, de Inácio de Azevedo, em 1566, que veio para discutir a polémica entre os jesuítas desiludidos que acreditamos estivessem encabeçados por Luís da Grã e os jesuítas envolvidos no projeto missionário de Nóbrega, e como foi o caso de Giacinto de Magistris, em 1663, enviado para tratar da ordenação dos noviços pardos e naturais da América portuguesa, entre muitos outros. A função do visitador, portanto, nos parece ser essencialmente a de mediador entre partes internas conflitantes. Em acordo com isso, afirma Castelnau-L'Estoile que seu papel é o de regular conflitos: eles iam às províncias para negociar, para reconciliar a "liberdade de agir" dos jesuítas locais com a tendência unificadora do poder central. (CASTELNAU-L'ESTOILE, 2006, p. 77.) Assim sendo, por outro lado, a existência desse cargo e dessa função atesta para a existência de constantes conflitos internos na Ordem, à revelia da harmônica historiografia apologética da Companhia de Jesus.

Azevedo vinha dirimir tensões existentes entre o novo e o antigo provincial e cancelava a nova orientação da Ordem, sua nova função, que buscava aliar-se com maior destaque para a formação da sociedade luso americana. Nesse sentido, são significativas as fundações dos Colégios do Rio de Janeiro, em 1568, e do de Pernambuco (Olinda), em 1575, com dotação real outorgada pelo Rei Dom Sebastião nas referidas datas. E no bojo dessas fundações, surgem, no Colégio da Bahia, em 1565, a primeira escola de latim e humanidades, organizada pelo irmão Miguel de Queiróz, e nos Colégios do Rio e de Pernambuco, as primeiras escolas destas mesmas disciplinas na década de 1570.

No mesmo tempo, em 1565, no Colégio da Bahia, o padre Caxa apresentar-se-á como o primeiro professor de Teologia Moral daquele colégio. Sete anos depois, em 1572, temos a inauguração da escola de filosofia do Colégio da Bahia, sob a orientação do padre Gonçalo Leite. E, em 1574, o surgimento da escola de teologia especulativa, pela guia do já referido padre Quirício Caxa. Caxa foi o primeiro professor de teologia, moral e especulativa, do Colégio da Bahia.

É preciso afirmar, antes de continuarmos, que as escolas do Colégio da Bahia, mais especialmente aquelas de Filosofia e de Teologia, foram proeminentes na América portuguesa, constituindo este espaço como um centro de saber e cultura no Estado do Brasil.

Apesar da historiadora francesa das missões jesuíticas da Província do Brasil, Charlotte de Castelnu-L'Estoile, afirmar que os missionários jesuítas enviados a estas partes eram, como projetava Nóbrega em seu *Dialogo da Conversão do Gentio* (1556-1557), “homens de poucas letras e de grande virtude”, essa tipificação nunca se adequou aos padres que compuseram o projeto de atuação escolar junto aos moradores da sociedade portuguesa da América.²¹ A dita *geração desiludida*, partido no qual se enquadrava Quirício Caxa e outros

21 Segue na íntegra o trecho em questão escrito pela historiadora francesa: De fato, parece que Nóbrega põe em cena, para discutir graves questões da província do Brasil, o tipo missionário que considera adaptado às necessidades da província, ou seja, “homens de poucas letras e de grande virtude”. Com essa escolha, Nóbrega revela igualmente uma tendência dos superiores da província em seu início, que é a de confiar uma parte importante do apostolado dos índios aos coadjuvantes temporais (CASTELNU-L'ESTOILE, 2006, p. 105). Neste trecho, a historiadora toma a parte pelo todo, o discurso de um partido jesuítico como o discurso e a prática de toda a Ordem. Na verdade, pelo que expomos, é possível observar não só a inconsistência desse argumento de que os jesuítas enviados à América eram de poucas letras e grande virtude, visto que havia in loco muitos atores formados na alta cultura das universidades portuguesas, como o fato de que é possível que em 1560 o projeto de Nóbrega tenha sofrido um forte revés resultando no seu enfraquecimento.

padres jesuítas interessados no trabalho escolar junto aos externos, tipificava seus agentes de forma diametralmente oposta a esse modelo.

Não nos espanta que os inacianos que foram enviados da Europa à América depois do imbróglgio da década de 1560 e da visita de Inácio de Azevedo tivessem exatamente um perfil intelectual adaptado a essa nova função escolar. O navio que aportou na Bahia em 25 de abril de 1572 trazia o padre cristão-novo Inácio de Tolosa como Provincial ordenado diretamente pelo Papa Inquisidor Pio V, Antônio Ghislieri. Tolosa era um importante quadro da Ordem, sendo o primeiro jesuíta formado pela Universidade de Évora. Atuara como professor de filosofia e de teologia especulativa e moral na Universidade de Coimbra e no Colégio de Braga. Há, nos arquivos portugueses, uma série de tratados científicos e teológicos manuscritos de sua autoria até então não estudados.²²

Junto com Tolosa, aportaram na Bahia os padres Cristóvão Ferron, Belchior Cordeiro, Martin da Rocha e Antônio Ferreira, de quem não temos nenhuma notícia, e o padre Gonçalo Leite, primeiro professor de filosofia do Colégio da Bahia. Leite era formado no Colégio de Bragança e era mestre em Artes.

A demanda por padres “de muitas letras e de grande virtude” a partir de 1570, parece-nos, excedia a tendência assinalada por padres malformados. Investia-se em formação cultural e em formação doutrinária. Sem aquela, como ganhar as almas dos moradores desviantes para a vida católica?

A história dos Colégios da Companhia de Jesus é, portanto, importante não só para a compreensão dos processos missionários na América portuguesa, mas também para a compreensão das estratégias de atuação dos inacianos em relação aos colonos, àquela sociedade de leves e díspares contornos lusitanos que se formava nas franjas das matas atlânticas da vertente leste da América latina.

Assim sendo, como dissemos, o primeiro Colégio jesuítico a ser fundado na América portuguesa foi o Real Colégio da Bahia. Real porque vinha dotado com recursos fornecidos pelo Rei de Portugal, D. Sebastião. A sua fundação casava-se, portanto, com a data da dotação real.

Ao lado do Colégio da Bahia, é fundado, dois anos depois da expulsão dos franceses da Bahia de Guanabara, o Real Colégio do Rio de Janeiro em 1568. Sete anos depois, em 1575, vinha fundado o terceiro maior colégio jesuítico

22 Cf. a sua biografia in LEITE, Serafim. HCJB, tomo IX, pp. 162-165.

da América portuguesa, o Real Colégio de Pernambuco, situado em Olinda. Esses três colégios são os únicos e mais importantes espaços da Companhia de Jesus na América portuguesa do século XVI e primeira metade do XVII. Os demais colégios da Ordem só irão surgir na segunda metade do século XVII. Sendo o primeiro deles, o Colégio de Santo Inácio de São Paulo de Piratininga fundado pela primeira vez em 1631, mas não vingando por conta da hostilidade lançada pelos bandeirantes à presença jesuítica em São Paulo, e, pela segunda vez, definitivamente, em 1654.²³ A presença jesuítica, para além da atuação catequética junto aos autóctones, projetava-se para a coibição de determinadas práticas escravistas perpetradas pelos moradores e, mais livremente, por aqueles moradores itinerantes, como o foram os bandeirantes, que tinham por costume invadir os aldeamentos tupi organizados pelos inacianos.²⁴

Um pouco antes da inauguração definitiva do Colégio de São Paulo em 1654, fundou-se, em 1652, o Colégio de São Miguel de Santos e, em 1654, o Colégio de São Tiago do Espírito Santo. Depois deles, somente em 1678 foi inaugurado novo colégio, este em Recife, fazendo com que o dito Colégio de Pernambuco passasse a ser denominado, em razão da existência de outro colégio na mesma capitania, Colégio de Olinda.

Os últimos colégios da Companhia foram fundados somente no século XVIII. Em 1749, o Colégio e Seminário da Paraíba e, em 1752, o Colégio de Paranaguá. O Colégio e Seminário da Paraíba, apesar de Serafim Leite afir-

23 Apesar de muitos autores, clássicos, como Milton Santos, e recentes, como John Manuel Monteiro, afirmarem que o Colégio de São Paulo de Piratininga foi fundado em 1554, neste período a presença jesuítica na região limitava-se ao grande Aldeamento de São Paulo de Piratininga, não havendo ali, antes da data prescrita de 1631, nenhum colégio da Ordem. Monteiro afirma que a consolidação da ocupação europeia na região de São Paulo a partir de 1553 estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão, o qual proporcionava uma atraente fonte de riquezas, sobretudo na forma de índios. Acontecimentos quase simultâneos, a criação da vila de Santo André da Borda do Campo e a fundação do Colégio de São Paulo representavam o embrião do conflito entre colonos e jesuítas em torno dos índios. (MONTEIRO, 1994, p. 37). O contrário do que vem afirmado por Monteiro pode ser visto através do estudo detalhado dos catálogos trienais da Companhia de Jesus: nessa documentação que descreve minuciosamente os estabelecimentos da Ordem e os sujeitos que residiam nesses espaços, só se faz menção a existência de um colégio em São Paulo a partir do ano de 1631, como afirmamos acima.

24 Sobre o debate sobre a escravidão no interior da Companhia de Jesus, Cf. ZERON, Carlos Alberto de Moura. *Linha de Fé: a Companhia de Jesus e a escravidão no processo de formação da sociedade colonial*. São Paulo: Edusp, 2011.

mar que “a iniciativa [de fundação] pertence ao P. Gabriel Malagrida, ao passar pela Paraíba em 1745”²⁵ só aparece listado como um estabelecimento estruturado e em funcionamento no último catálogo de 1757. Donde conjecturamos, ainda sem nenhum indício preciso, ter sido esse colégio e seminário fundado somente em 1749, podendo esta fundação ter ocorrido entre outra data situada entre 1749 e 1757.²⁶

Apesar dessa diversidade de Colégios, de 1572 a 1668, os únicos estabelecimentos que contaram com Escola de Filosofia foram, hegemonicamente, o Colégio da Bahia e, perifericamente, o Colégio do Rio de Janeiro, que ganha uma escola de Filosofia a partir de 1657.

Os Professores de Filosofia do Real Colégio da Companhia de Jesus da Bahia (Salvador) (1564/1572-1668)

O Real Colégio da Bahia foi fundado em Salvador no ano de 1564, quatorze anos depois da fundação da Província jesuítica do Brasil. No seu primeiro ano de vida, o Colégio apresentava-se como um núcleo organizador das atividades missionárias dos jesuítas no Estado do Brasil. A partir da década de 1570, o Colégio da Bahia prepara-se para receber professores de filosofia e para ensinar a disciplina propedéutica ao ensino universitário não somente aos membros internos da Ordem, mas também aos membros externos, leigos e eclesiásticos.

A primeira lição de Filosofia ministrada na América portuguesa ficou a cargo do padre *Gonçalo Leite* (1546-1603), originário de Bragança, Portugal. Personagem que se apresentou, desde o início da sua presença como missionário no Brasil, acreditamos, como opositor direto ao projeto de acento missionário e despreocupado com a ação entre os residentes desenvolvido por Manuel da Nóbrega. No único documento escrito por ele de que temos notícia, o

²⁵ LEITE, Serafim. HCJB, Tomo V, p. 496.

²⁶ O padre Serafim Leite, no mesmo trecho da obra, vai afirmar que: O edifício do Seminário, anexo ao Colégio, não estava ainda concluído de todo em 1757, mas dispunha já de habitações para 18 alunos internos; e sua situação econômica, neste ano, era equilibrada e próspera: receita de 2.700 escudos romanos; despesa 2.500. Idem, p. 497.

padre Leite ataca a leniência com que os jesuítas trataram do escravismo em curso, confessando *homicidas e roubadores da liberdade, fazenda e suor alheio, sem restituição do passado, nem remédio dos males futuros, que da mesma sorte cada dia se cometem*.²⁷ Isso para não falar na crítica que tanto ele como o padre Miguel Garcia, professor de Teologia, fizeram do uso de escravos no interior das comunidades jesuíticas da América portuguesa. Não é estranho que um padre envolvido no debate sobre o escravismo estivesse alinhado com o projeto de fundação das escolas não só voltadas aos internos, aos jesuítas, mas também aos elementos mais distintos da sociedade portuguesa em formação.

Depois de Gonçalo Leite, em 1584, o padre *Manuel de Barros* (1553-?) iniciou outro curso de filosofia. Mais à frente, em 1589, foi a vez do padre *Domingos Coelho* (1564-1639). Coelho foi um importante articulador político enquanto provincial depois de sua atuação como professor de Filosofia. Personagem que participou das negociações com os holandeses invasores em 1624, ele foi, juntamente com outro professor de filosofia, preso e enviado para a Holanda. Depois dele, foi também professor do Colégio o padre *Manuel de Oliveira* (1564-?).

Além deles, o padre *Manuel Tenreiro* (1573-1636), natural de Fronteira, Diocese de Évora, foi personagem de grande importância como leitor de Filosofia do Colégio da Bahia nos anos de 1600 e 1601.²⁸ Segundo Serafim Leite, era um professor de Filosofia e Teologia moral e especulativa afamado. Tenreiro foi aluno do padre Nicolau Godinho, professor de Artes da Universidade de Évora, nos anos de 1591 a 1595. Sob sua orientação, ele defendeu as *Assertiones metaphysicae controversia disputanda* debatendo a questão *Utrum corporis vitia possint in animum redundare* [Se os defeitos do corpo podem recair sobre a mente]. Tal documento acha-se disponível para estudos futuros na Biblioteca Pública de Évora.

Nicolau Godinho desejava ser enviado às missões, sem sucesso. Em fevereiro de 1596, foi dispensado de seus encargos para ajudar o padre Pedro da Fonseca na composição do 3º volume de sua *Metafísica*. Em 1604, partiu para a Itália, a fim de substituir Cristóvão Gil no cargo de revisor geral dos livros da Companhia. O resto da vida, à parte uma ou outra estada na cidade de

27 Carta do padre Gonçalo Leite ao padre Geral, Cláudio Acquaviva, de Lisboa, 20 de junho de 1586. (Lus. 69, 243) – Excerto em S.L. História, II, 228-229. Port. Apud ZERON, 2003, p. 161.

28 Como os cursos de Filosofia tinham a duração de 3 a 4 anos, o padre Tenreiro, muito provavelmente, lecionou a disciplina de 1600 até 1603 ou início de 1604.

Nápoles, passou-o no Colégio Romano, como “revedor” dos livros, e, alguns anos, como lente de teologia.²⁹

Seu discípulo, Manuel Tenreiro, foi capturado pelo almirante holandês Jacob Willekes, juntamente com Provincial Domingos Coelho, em 1624, e ambos foram levados à Holanda, onde permaneceram por dois anos e meio. Depois disso, em 1628, voltou ao Brasil, sendo novamente capturado pelos holandeses. Tenreiro morreu no mar a caminho da Holanda, em 1636.

Numa gravura holandesa desenhada por Claes Janszoon Visscher (1587-1652), que se acha num panfleto político datado de 17 de outubro de 1624, podem ver-se os retratos do padre Domingos Coelho, então com 61 anos, ao lado do governador Diogo Furtado de Mendonça e, de costas, o retrato de perfil do padre Manuel Tenreiro, então com 50 anos (fig. 1). A participação dos dois padres nas negociações com os invasores aponta para o importante papel intelectual que tiveram não somente como professores, mas também como pregadores, confessores e, de modo geral, como exímios políticos à serviço da Coroa portuguesa. A cultura de Tenreiro pode ser estudada a partir das *Assertiones* que aqui acabamos de reportar. É muito provável que haja mais documentação manuscrita de sua parte nos arquivos portugueses.

²⁹ GOMES, 1960, pp. 152-162; GOMES, 1955, p. 13.

notitiae intuitivae [Se pertence à memória algum tipo de informação intuitiva].³⁰

O padre Baltazar Álvares era, assim como Pedro da Fonseca, uma figura importante no Colégio das Artes de Coimbra. Entrou no noviciado da Companhia em Coimbra no dia 1 de novembro de 1578. Estudou filosofia naquele colégio e, posteriormente, ajudou o padre Manuel de Góis durante três anos e meio na redação do *Curso Conimbricense*. Começou seus estudos de teologia também em Coimbra no ano de 1585, continuando-os, em 1586, na Universidade de Évora. De 1587 a 1590, lecionou latim no Colégio de Santo Antão de Lisboa. Ministrou dois cursos de Artes (Filosofia): um em Évora, de 1590 a 1593, e outro em Coimbra, de 1594 a 1598. Enquanto lia o segundo curso, o curso assistido pelo padre Jerônimo Peixoto, Álvares redigiu o *Tractatus de Anima Separata* [Tratado da Alma separada] que foi editado em 1598 juntamente com o comentário de Manuel de Góis dedicado aos três livros da Alma de Aristóteles.³¹

A formação do padre Jerônimo Peixoto sob a orientação de um dos grandes expoentes da Escolástica de Coimbra liga esse padre diretamente àquela tradição. Como já dissemos em outro escrito, além dos jesuítas empregarem largamente os manuais do curso de Coimbra³², as fileiras de professores de Filosofia do Colégio da Bahia contavam com a presença de um intelectual formado diretamente naquela cultura.

Depois do padre Peixoto, o padre *Antônio Dias* (1576-?) foi o leitor do curso de Artes de 1606 até 1608 ou 1609. Assim como ele, o padre Dias também teve formação em Portugal. Foi aluno direto do padre Gaspar Vaz (1555-1596) que lecionou filosofia no Colégio das Artes de Coimbra de 1585 a 1589. E sob a sua orientação defendeu as *Assertiones phylosohicae Ex libris de Anima deproptae* debatendo a questão de se saber *Utrum ea fascinatio quae fit per oculos viribus naturae contingat?* [Se o encantamento que entra pelos olhos atinge as forças da natureza].³³

30 GOMES, 1960, p. 167. É dito que Jerônimo Peixoto ficou responsável por ensinar as cousas da fé ao calvinista e herege, João de Araújo, holandês, que confessou “ser batizado conforme o uso, costume e tenção da gente de sua terra, e ensinado e instruído desde que teve o uso da razão na seita do Calvinismo por mandado e consentimento de seu pai e mãe”. Araújo foi denunciado na segunda visitaçãõ do Santo Ofício à Bahia. SIQUEIRA, Sônia. 1978, p. 216; Confissões da Bahia (1618), p. 435.

31 GOMES, 1960, pp. 165-173; GOMES, 1955, p. 13.

32 Cf. LEITE, Bruno Martins Boto. “Conimbricenses nos trópicos: a escrita dos manuais de filosofia da Companhia de Jesus e sua importância nos colégios jesuítas do Brasil”. *Revista Brasileira de História da ciência*. v. 8, n 2, julho/dezembro 2015.

33 GOMES, 1960, p. 128.

O padre Gaspar Vaz entrou na Companhia de Jesus em Coimbra no ano de 1572. Foi estudante de Artes do padre Manuel de Góis nos anos de 1574 a 1578. Cristão novo, foi designado missionário para o Algarve, onde contraiu uma febre quartã e ali morreu em 1596. Sua formação com outro expoente do Colégio das Artes, como era o padre Manuel de Góis, estreitou a relação de seus estudantes com aquele universo cultural assinalado.³⁴ Assim sendo, em função das relações formativas desses três professores, podemos afirmar que a Escola de Filosofia do Colégio da Bahia contou com professores formados por ou relacionados diretamente com figuras chave da escolástica coimbrã, como o foram os padres Pedro da Fonseca, Manuel de Góis e Baltazar Álvares.

Em 1613, a Escola de Filosofia do Colégio da Bahia começava a ganhar autonomia formativa. A partir de então, os seus professores terão a sua formação *in loco*, sendo formados, não mais em Portugal, mas por aqueles que antes haviam tido a sua formação na Península Ibérica. Isso incorre para criar, assim, acreditamos, uma tradição filosófica local como derivação de uma cultura escolástica de forte acento coimbrão.

Desde essa data, lecionou filosofia o padre *Miguel Rodrigues* (1571-1640?) que havia sido aluno do padre Jerônimo Peixoto, assim como o padre *Francisco Carneiro* (1580-1652)³⁵, que lecionou de 1614 até, provavelmente, 1618, como é possível constatar na lista de estudantes dos catálogos de 1604.³⁶ Os dois estudantes do padre Peixoto tornaram-se professores de filosofia do Colégio da Bahia.

Depois disso, a partir de 1619, havia lecionado Artes o padre *Manuel Sanches* (1584-1627), que havia estudado a disciplina diretamente no Colégio da Bahia com o padre Miguel Rodrigues em 1613.³⁷ Era o primeiro professor a se formar com um mestre que havia tido os seus graus num colégio da Província do Brasil. Vinte e dois anos depois, o padre *Paulo da Costa*, desde então professor de Filosofia, havia tido a sua formação com o padre Manuel Sanches.

34 GOMES, 1960, pp. 125-133; GOMES, 1955, p. 12.

35 No volume "Pareceres do padre Francisco Suárez que juntei a alguns fragmentos e cartapácios aplicado à Livraria particular do Colégio de Coimbra da Companhia de Jesus" presente no fundo "Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas", cota: Armário jesuítico, liv. 8, há menção a documentos autógrafos de um Francisco Carneiro, de 1615. Provavelmente trata-se deste nosso professor. Além disso, há uma sua denúncia propondo a instalação de uma diligência contra a herética pravidade e apostasia na cidade da Bahia no ano de 1645 (ANTT, TSO, IL, Caderno do Promotor, n. 29 – Apud SIQUEIRA, Sônia A. A Inquisição portuguesa e a Sociedade Colonial. São Paulo: Ática, 1978, p. 141).

36 ARSI, Bras., 5. I. f. 57v.

37 ARSI, Bras., 5. I. f. 98.

Iniciava-se então a geração dos professores *brasílicos*, daqueles que, apesar de nascidos em Portugal, eram integralmente formados nas salas de aula da América portuguesa.

O padre Paulo da Costa (1594-1649), natural de Alenquer, Arcebispado de Lisboa, havia entrado para a Ordem na Bahia em 1612 com 18 anos e estudou Artes ao lado de Simão de Vasconcelos entre os anos de 1619 e 1621. Sendo, ele próprio, o professor de Francisco de Avelar e do padre Antônio Vieira. O professor de filosofia de Vieira era amigo e colega de curso do grande historiador da Ordem da Província do Brasil. Vieira, apesar de nascido em Lisboa, havia tido toda a sua formação intelectual no Colégio da Bahia e havia aguçado a sua filosofia com um mestre da segunda geração, daqueles que foram integralmente formados nos trópicos. Apesar de português, Vieira era filho de uma tradição e uma cultura essencialmente local que o incluía como integrante daquela geração dos *brasílicos*.

Antes de 1641 e 1646, lecionaram filosofia os padres *Manuel Nunes* (1606-1676), nascido em Lisboa, *Francisco Madeira* (1607-?), nascido em Pernambuco, Diocese da Bahia, e *Francisco dos Reis* (1607-?), natural de Lisboa. O primeiro era professor por ocasião do cerco dos holandeses em 1638, prestando relevantes serviços na defesa da cidade. O segundo, o padre Francisco Madeira, foi o primeiro professor de filosofia nascido na América portuguesa. Madeira e Reis foram, ambos, alunos do padre Paulo da Costa e colegas de Francisco de Avelar e Antônio Vieira. Em 1646, iniciava-se o curso do padre *Sebastião Teixeira* (1608-?), natural da Ilha de São Miguel, Angra. Depois dele, e antes de 1654, lecionou a disciplina os padres *João Gomes* (1618-?), natural da Bahia, e *Paulo da Costa Júnior* (1618-?), nascido no Rio de Janeiro. O padre João Gomes havia sido, ele também, aluno do padre Jerônimo Peixoto no Colégio da Bahia em 1604. Depois de Sebastião Teixeira e João Gomes, a quase totalidade dos professores passou a ser não só formada nas escolas locais, como também a ser caracterizada por professores nascidos na América portuguesa.

A partir dos anos 40 do século XVII, a Escola de Filosofia do Colégio da Bahia não somente se tornava autônoma em relação às instituições portuguesas, como também os seus professores passavam a ser, na sua maioria, sujeitos naturais da América portuguesa. Era a geração dos professores *naturais* que não somente tiveram a sua formação no local como nasceram e foram criados nestas partes. Há aí, portanto, um mecanismo que se dá a partir da autonomia institucional do Colégio da Bahia que povoa as antigas salas de aula daquele estabelecimento com sujeitos *criolos*.

De 1657 a 1659, foi docente o padre *Antônio de Oliveira* (1628-), nascido na Bahia. Os anos que vão de 1652 a 1658 se mostram de grande relevância para esta história na medida em que é de 1652 a 1654 que nascem os Colégios de Santos, de São Paulo de Piratininga e do Espírito Santo, não como escolas, mas como núcleos de expansão e organização missionária da Ordem. É em 1657 que surge no Colégio do Rio de Janeiro o seu primeiro curso de Artes. Além do que, um ano depois, em 1658, é quando a Câmara da Bahia se reuniu para enviar um procurador para Portugal de modo a tentar fazer da consolidada Escola Propedêutica ao ensino universitário do Colégio da Bahia uma universidade tal como aquela de Évora, ofertando o curso superior em Teologia.³⁸

Esses anos são de consolidação e diversificação dos antigos estabelecimentos jesuíticos e de expansão dos seus núcleos pelo território do Estado do Brasil. A ação missionária aumentou o campo de influência junto aos autóctones, suas fazendas lhes permitiram ampliar sua base material, lançando mão do escravismo corrente, e suas escolas fizeram deles elementos fundamentais de reprodução da cultura europeia entre os moradores da América portuguesa. Cultura essa que serviu de lastro à organização de relações de poder distintas daqueles existentes no velho mundo.

De 1660 até 1668, foram professores de filosofia os padres *Gaspar de Araújo* (1623-?), natural de Paraguaçu³⁹, Diocese da Bahia, e *Aloisio Machado*, que muito provavelmente era natural da América portuguesa. Mas, infelizmente, não temos nenhuma informação a seu respeito. Vemos que em 1663, o padre *Valentim Stansel* presidia os exames de graus em Filosofia que já há eram outorgados nessa importante escola.⁴⁰ É nesse período que, de 1660 a 1665, ocorre a ação de uma facção associada ao padre Simão de Vasconcelos contra a intromissão do visitador Giacinto de Magistris.

38 Sobre a história detalhada dessa empreitada, cf. LEITE, Bruno Martins Boto. “Fábrica de intelectuais O ensino de Artes nos colégios jesuíticos do Brasil, 1572-1759”. *Revista História Unisinos*. v. 24, n. 1, janeiro/abril 2020.

39 Paraguaçu era provavelmente o lugar onde seria fundado, em 1698, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu e onde hoje é a cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

40 Sobre o referido padre, conferir a introdução e as notas do tradutor In: JÚLIO, Valentim Stansel de Castro. *Uranófilo, o peregrino celeste: ou os êxtases da mente urânica peregrinando pelo mundo celeste*. Tradução e organização Carlos Ziller Camenietzki. 1ª edição. Belo Horizonte/Salvador: Fino Traço/Edufba, 2021.

A visita do jesuíta italiano que já havia passado pelo Malabar, tinha por fito solucionar uma série de problemas em disputa e apresentados pela congregação abreviada na forma de quatorze demandas. Dentre estas, pediam: (1) para ter procurador em Roma atuando junto à representação da Assistência de Portugal, (2) a resolução definitiva de suas diferenças com a Assistência de Portugal no tocante ao patrimônio deixado em herança para o Colégio da Bahia e o de Santo Antão, (3) a dispensa da proibição de ingresso ao que tinham sangue indígena, etc.⁴¹ A vinda do italiano visava também lidar com a censura da obra do padre Simão de Vasconcelos que tratava a natureza e o espaço da América portuguesa como um provável paraíso terreal.⁴² A política de Roma, aliada aos ditames da Província de Portugal, era a de não conceder ao partido de Vasconcelos as exigências apresentadas na congregação abreviada.

A política de envio de padres italianos para a Província do Brasil estava, portanto, associada à recusa dos superiores portugueses em conceder aos inacianos da América o seu desejo de autonomia pela admissão de padres de sangue indígena e ou naturais destas partes.⁴³ A visita atestava para a consolidação de uma forte vida intelectual nos estabelecimentos jesuíticos da Província do Brasil e para a consolidação de importantes agentes formados e nasci-

41 *Postulata congregationis provincialis Provinciae Brasiliae anni 1660*. ARSI, *Congregationes*, 75, fol. 355r-357v.

42 Sobre essa visita e os eventos dela decorrentes, Cf. CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “O Paraíso Proibido. A censura à *Chronica* de Simão de Vasconcelos em 1663”. In: FIGUEROA, Luis Millones e LEDEZMA, Domingo (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: teci, 2005, pp. 109-134.

43 Uma história da origem dos noviços da Companhia de Jesus da Província do Brasil ainda está por ser feita. Desde o início da presença dos jesuítas na América portuguesa, admitia-se noviços pardos ou de sangue indígena na Ordem. Como se constata de muitas informações presentes nos catálogos trienais dos primeiros tempos. Contudo, não sabemos ao certo se essa admissão entre os noviços apresentava limitações para mobilidade social no interior da Ordem. Acreditamos que sim, inferindo isso pelo pedido feito pela Congregação abreviada em 1660. É possível que muitos desses noviços não pudessem, portanto, se tornar padres, permanecendo sob o estatuto de irmão, coadjutores ou espirituais. Assim sendo, o que acontece em 1660 é um passo adiante nesse processo de inclusão dos naturais feito pelos inacianos da Província do Brasil. Pela história das escolas e de seus professores de filosofia, podemos ver a forte presença, não somente de professores brasileiros no Colégio da Bahia mas, sobretudo, de “filhos da terra” ou “criolos”. Como era o caso dos padres Francisco Madeira, João Gomes, Paulo da Costa Júnior, Antônio de Oliveira e Gaspar de Araújo, no Colégio da Bahia, respectivamente naturais de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Bahia e Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, e o caso do padre Eusébio de Matos, professor do Colégio do Rio de Janeiro nascido em Salvador, Bahia. Há claramente nesse período, segunda metade do século XVII, um forte processo de criolização da sociedade luso americana que pode ser claramente sentido no interior das instituições escolares jesuíticas.

dos na Bahia da época. A força dialética das dinâmicas históricas locais funcionava de modo a gerar uma tradição intelectual *natural*, e não *nativa*⁴⁴, que poderia se interessar por galgar cargos e posições institucionais na política luso americana e mesmo na portuguesa do Império peninsular.

A representação da América portuguesa como um provável *Paraíso terreal* na crônica de Simão de Vasconcelos de 1663, acreditamos, tem relação com a importância que aquele grupo de *brasílicos*, como o próprio Vasconcelos e Paulo da Costa, e de *naturais*, como Francisco Madeira, atribuíram à sua formação específica e a seu local de nascimento no interior do Império português. A alegoria servia de encômio à causa desses grupos.

Os anos que se seguem a 1668 são anos em que as escolas de filosofia, e as outras de humanidades e teologia, ganharam, cada vez mais, força e consolidação a despeito do insucesso relativo de uma ou outra facção jesuítica e a despeito do esforço lusitano em calar as forças centrípetas locais brasílicas e naturais, como o fizeram, antes disso, com a proposta de universidade no Colégio da Bahia.

Lista dos Professores de Filosofia da Escola da Bahia (1572-1668):

Datas	<i>Real Colégio da Bahia</i> (Professor - Nascimento e Morte - Lugar de Origem)
1574 (Início:1572)	P. Gonçalo Leite (1546-1603) Bragança
1584	P. Manuel de Barros (1553-?) Esposende, Diocese de Braga
1586	Segundo o catálogo da época, não houve curso de artes este ano! ⁴⁵
1589	P. Domingos Coelho (1564-1639) Évora
Antes de 1598 (entre 1582-1598)	P. Manuel de Oliveira (1564-) Portel, Diocese de Évora

44 Empregamos esses dois termos para diferenciar os filhos de portugueses, indígenas e africanos nascidos no Brasil, os naturais, dos puramente indígenas, autóctones ou nativos.

45 Optamos por reproduzir fielmente as datas dos catálogos existentes ano a ano, apontando não somente a presença de professores, mas também as suas ausências. O que permite observar que é possível que a regularidade desses cursos tenha sofrido em alguns momentos de sua história.

1598	P. Manuel Tenreiro (1573-1636) Fronteira, Diocese de Évora Aluno de Nicolau Godinho
1600	P. Manuel Tenreiro (1573-1636) Fronteira, Diocese de Évora
1601	P. Manuel Tenreiro (1573-1636) Fronteira, Diocese de Évora
1604	P. Jerônimo Peixoto (1574?-?) Entr'ambos os Rios, Diocese do Porto Aluno de Baltazar Álvares
1606	P. Antonio Dias (1576-) Serpa, Diocese de Évora Aluno de Gaspar Vaz
1607	P. Antonio Dias (1576-) Serpa, Diocese de Évora
1610	Não há registros no catálogo de 1610 nem de professore de filosofia nem de estudantes. Possível que nesse ano o curso estivesse suspenso.
1613	P. Miguel Rodrigues (1571-1640?) Vila Nova da Ribeira, Diocese de Lisboa
1614	Não há registros no catálogo de 1614 nem de professore de filosofia nem de estudantes. Possível que nesse ano o curso estivesse suspenso.
1616	P. Francisco Carneiro (1580-1652) Resende (Lamego)
1617	P. Francisco Carneiro (1580-1652) Resende (Lamego)
1619	P. Manoel Sanches (1584-1627) Alcains, Diocese da Guarda
1621	P. Manoel Sanches (1584-1627) Alcains, Diocese da Guarda
1631	P. Paulo da Costa (1594-1649) (Rio de Janeiro, segundo catálogo de 1631) Alenquer, Arcebispado de Lisboa.
Antes de 1641	P. Manuel Nunes (1606-1676) Lisboa

	P. Francisco Madeira (1607-?) Pernambuco, Diocese da Bahia primeiro natural do Estado do Brasil
1641	Não há notícia, no catálogo de 1641, nem do professor de Filosofia, nem de sua turma. É possível que não tenha havido curso de filosofia nesse ano! Na lista genérica desse mesmo ano, depois da lista dos Coadjuutores, há uma lista de <i>Tyrones</i> (recrutadas) onde consta o nome de Thomas d'Azevedo tido por <i>Scholasticus philosophiae</i> . Contudo, não há menção na lista de junho a quem teria sido então o professor de filosofia.
Antes de 1646	P. Francisco dos Reis (1607-?) Lisboa
1646	P. Sebastião Teixeira (1608-?) Ilha de São Miguel, Angra
Depois de 1646	P. João Gomes (1618-?) Bahia
1654	P. Paulo da Costa (Júnior) (1618-?) Rio de Janeiro
1657	P. Antônio de Oliveira (1628-) Bahia
1659	P. Antônio de Oliveira (1628-) Bahia
1660	P. Gaspar de Araújo (1623-) Paraguaçu ⁴⁶ , Diocese da Bahia
1662	P. Gaspar de Araújo (1623-) Paraguaçu, Diocese da Bahia
1663	P. Gaspar de Araújo (1623-) Paraguaçu, Diocese da Bahia (Aparece no catálogo como ex-professor. Seu curso, provavelmente, tinha acabado de terminar)
1667	P. Aloisio Machado

Fonte: elaboração pessoal a partir dos *Catalogi breves e triennales Provinciae Brasiliae* (ARSI, Bras., 5, I e II).

⁴⁶ Paraguaçu era provavelmente o lugar onde seria fundado, em 1698, a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira do Paraguaçu e onde hoje é a cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

Deste processo cujos indícios são absolutamente raros e escassos, descobrimos alguns documentos existentes nos arquivos portugueses que podem, se estudados, promover maior compreensão das escolas de filosofia luso americanas e permitir-nos *cruzar o limiar das aulas* desses espaços de saber. Esses documentos foram mencionados ao longo do texto e estão listados na tabela a seguir.

Obras de filosofia escritas pelos professores do Colégio da Bahia:

Professores (ano de docência)	Obras
P. Gonçalo Leite (1574)	1. <i>Carta ao padre Geral contra os homicidas e roubadores da liberdade dos Índios do Brasil</i> , de Lisboa, 20 de junho de 1586. (<i>Lus.</i> 69, 243) – Excerto em S.L. <i>História</i> , II, 229. <i>Port.</i>
P. Manuel Tenreiro (1598, 1600)	1. <i>Assertiones metaphysicae controversia disputanda Utrum corporis vitia possint in animum redundare. (se os defeitos do corpo podem transbordar para a alma) /...defendet Emmanuel Tenreiro eiusdem societatis. Die sabbati. Cum facultate Inquisitorum & Ordinarij. Mense Mart. 1595. Apud Antonium Barrerium. [1 f. / 365 x 221 / caracts. roms./ cap. hist. – Évora BP séc. XVI-4777.] (GOMES, João Pereira. <i>Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760</i>. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 157)</i>
P. Hieronymo Peixoto (1604)	1. <i>Conclusiones Logicae Ex Lib. de interpret. et reliquis desumptae. Quaestio disputanda. Pertineat ne recordatio ad genus aliquod notitiae intuitivae. /... / Sub patrocinio praeceptoris sui Baltasar Alvarez societatis IESU, defendet Ieronymo Peixoto eiusdem societatis. Die Iovis scholis matutinis & pomeridianis. Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij. 1596. Apud Antonium Barrerium. [1 f. / 385 x 235 / caracts. roms./ cap. hist. – Évora BP séc. XVI-4794.] (GOMES, João Pereira. <i>Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760</i>. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 167)</i>
P. Antonio Dias (1606, 1607)	1. <i>Assertiones phylosophicae Ex libris de Anima depromptae. Quaestio Utrum ea fascinatío quae fit per oculos viribus naturae contigat? Defendet Antonius Diaz. Feria quinta solitis Scholarum horis. Cum facultate Inquisitorum Mense Februar. 1589. Apud Antonium Barrerium. [1 f. / 375 x 233 / cap. orn. – Évora BP séc. XVI-4595.] (GOMES, João Pereira. <i>Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760</i>. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 128)</i>

Os Professores de Filosofia do Real Colégio da Companhia de Jesus do Rio de Janeiro (1568/1657-1668)

No Rio de Janeiro, foi-se consolidando o espaço escolar da Companhia de Jesus sendo seu primeiro professor de filosofia, a partir de 1657, o padre *Fran-*

cisco Morato (1619-?), natural do Algarve, Faro, Portugal. Sobre ele, infelizmente, não temos grandes informações, a não ser a data e o local de seu nascimento. Depois dele, em 1662, o cargo de mestre de artes é ocupado pelo irmão do famoso poeta Gregório de Matos, o exímio e desconhecido pregador *Eusébio de Matos* (1629-1692).

Eusébio de Matos nasceu na Bahia e entrou para a Ordem no dia 24 de março de 1644. Não temos nenhuma informação sobre a sua formação filosófica. É muito provável que ele, bem como o padre Francisco Morato, tivesse tido a sua formação filosófica no Colégio da Bahia. Entretanto, não sabemos com quem porque as informações sobre os estudantes não se acham disponíveis em todos os catálogos e, em alguns casos, os lapsos entre os catálogos encobrem muitos ocorridos. Eusébio foi professor de Letras humanas, Filosofia e Teologia. Fez a sua profissão solene no Rio de Janeiro no dia 15 de agosto de 1664, pelo reitor do Colégio, o padre Francisco de Avelar. Fala-se de seus dotes artísticos e de seus conhecimentos musicais, pictóricos, aritméticos e oratórios. Foi chamado em 1669 a Lisboa pelo rei D. Afonso VI, que pretendia nomeá-lo pregador real. Contudo, parece que os seus superiores da Província do Brasil intervieram nesse projeto do rei alegando razões louváveis e escondendo razões condenáveis. Isso escondia a sua posição não muito ilustre no final de seus 33 anos no interior da Companhia, o que é comprovado pelo fato de sua saída da Ordem em 1677.⁴⁷

Algum tempo depois, entrou para a ordem dos Carmelitas, onde tomou por nome o de Frei Eusébio da Soledade, falecendo na Bahia no dia 7 de julho de 1692. Deixou impresso muitos sermões ainda pouco estudados. A vida e a obra do padre Eusébio de Matos ainda carecem de estudos mais densos, rigorosos e detalhados.

Depois, em 1667, o docente de filosofia foi o padre *Manuel Carneiro* (1630-1686) que, apesar de nascido em Mesão Frio, na Diocese do Porto, veio muito cedo com seus pais à América portuguesa. Entrou para a Ordem na Bahia, com 17 anos, no dia 24 de março de 1647, e foi estudante de filosofia do padre Antônio de Oliveira no Colégio da Bahia nos anos de 1657 e 1659.⁴⁸ Ao concluir seus estudos, viu-se envolvido na questão do visitador Giacinto de Magistris, de quem foi aliado e, por isso, seus adversários o prenderam no Colégio e o condenaram a sair da Companhia. Talvez a forte presença de naturais da América portuguesa no partido contrário ao visitador o tenha coibido a

47 LEITE, tomo VIII, pp. 360-361.

48 ARSI, Bras. 5. I. f. 201v.

colocar-se ao lado desses jesuítas, não sendo ele nem brasílico nem natural desta América. Entretanto, apesar de tudo, Carneiro não deixa a Ordem. Pregador insigne, deixou um sermão pregado no Colégio do Rio no ano mesmo de seu magistério de Filosofia e publicado em Évora um ano depois. É provável que esse texto possa servir ao estudo de suas concepções filosóficas por ele manuseadas naqueles anos letivos.

Lista dos Professores de Filosofia da Escola do Rio de Janeiro (1657-1668):

Datas/Colégios	<i>Real Colégio do Rio de Janeiro</i>
1657	P. Francisco Morato (1619-?) Algarve, Faro
1659	P. Francisco Morato (1619-?) Algarve, Faro
1660	Não houve lição de Filosofia nesse ano!
1662	P. Eusébio de Matos (1629-1692) Salvador, Bahia
1663	P. Eusébio de Matos (1629-1692) Salvador, Bahia
1667	P. Manuel Carneiro (1630-1686) Mesão Frio, Diocese do Porto

Fonte: elaboração pessoal a partir dos *Catalogi breves e triennales Provinciae Brasiliae* (ARSI, Bras., 5, I e II).

Conclusão

Pelo estudo, ainda assaz superficial desses estabelecimentos e de seus professores de filosofia, podemos dizer, em suma, que a Escola ou o Estudo de Filosofia do Colégio da Bahia nasce sob a pressão de um grupo de padres desiludidos com a função única, missionária, desempenhada pelos jesuítas até então. Um grupo desses padres, denominado por José Eisenberg de *geração desiludida*, ocupou-se então de estruturar a ação junto aos moradores que, para além da atividade confessional, carecia de uma estrutura de conformação mais adequada àquela sociedade nascente. Nesse sentido, as escolas de Humanidades, Filosofia e Teologia da Companhia de Jesus mostraram-se um importante dispositivo de atuação desses padres junto às consciências dos residentes portugueses do Estado do Brasil.

Os primeiros professores de filosofia, como Manuel Tenreiro, Jerônimo Peixoto e Antônio Dias foram, todos eles, formados em escolas portuguesas, especialmente Évora e Coimbra. A presença de discípulos diretos de grandes expoentes da Escolástica coimbrã, como Jerônimo Peixoto, formado por Baltasar Álvares, e Antônio Dias, formado por Gaspar Vaz, aluno, por sua vez, de Manuel de Góis, liga, em certa medida, a nossa tradição cultural àquela Coimbrã. Isso para não falar da formação de Manuel Tenreiro por um padre muito próximo de Pedro da Fonseca, como o foi Nicolau Godinho.

Esses três padres formaram a primeira geração de professores que deram as suas lições no Colégio da Bahia e formaram, por sua vez, a geração absolutamente dissociada da relação com a cultura dos centros portugueses. Os professores Miguel Rodrigues, Francisco Carneiro e João Gomes foram todos eles alunos do padre Jerônimo Peixoto. Estava então, de muitas formas, cortado o vínculo direto com as instituições propedêuticas portuguesas.

Os padres Manoel Sanches, Paulo da Costa e Francisco dos Reis foram, todos eles, apesar de nascidos em Portugal, formados inteiramente na América. Em função disso, denominamo-los aqui de *brasílicos*, epíteto com o qual o Padre Antônio Vieira foi muitas vezes caracterizado por seus colegas do Reino, apesar de ter nascido na cidade lisboeta. Como o maior escritor barroco de língua portuguesa, esses indivíduos foram todos formados num dispositivo cultural que se mostrou não somente autônomo, mas, sobretudo, vigoroso na formação e reprodução de seus quadros intelectuais.

Pensando aqui na formação humanística, as letras dos personagens formados na América portuguesa, é possível dizer, avançaram, na prática, e de muitas formas, aquelas dos sujeitos formados nos centros de cultura lusitana. Talvez o uso dinâmico dessas letras junto às populações autóctones, brasílicas e naturais, tão necessário naqueles tempos, semeando doutrinas e costumes, tenha feito dessa formação uma formação mais profunda e dinâmica do que aquela tida no centro da sociedade lusitana. Na distância dos centros de poder, pelo conhecimento de comunidades e povos que se estendiam por vastas terras, a formação obtida nesses contextos produziu resultados inesperados e dignos. Como disse Vieira num de seus sermões, polemizando contra o modo oratório dos pregadores formados em Portugal,

Exiit, porque no dia da messe hão-nos de medir a sementeira, e hão-nos de contar os passos. O mundo, aos que lavrais com ele, nem vos satisfaz o que dependeis, nem vos paga o que andais. Deus não é assim. Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. Entre os semeadores

do Evangelho há uns que saem a semear, há outros que semeiam sem sair. Os que saem a semear, são os que vão pregar à Índia, à China, ao Japão; os que semeiam sem sair, são os que se contentam com pregar na pátria. (...) Ah dia do Juízo! Ah Pregadores! Os de cá, achar-vos-eis com mais Paço, os de lá, com mais passos. Exiit seminare.⁴⁹

Em seguida, a partir dos anos de 1640, vão formando-se quadros nascidos na América que comporão as fileiras docentes da escola filosófica do Colégio da Bahia. São eles, o padre Francisco Madeira, nascido em Pernambuco, o padre João Gomes, nascido na Bahia, o padre Paulo da Costa Júnior, nascido no Rio de Janeiro, o padre Antônio de Oliveira, nascido na Bahia, e o padre Gaspar de Araújo, nascido no Recôncavo baiano. A esses, chamamos de *naturais*, porque, apesar de serem descendentes de lusitanos, eram nascidos na América portuguesa.

Desde o magistério de Miguel Rodrigues, a partir de 1613, o curso filosófico da Bahia ganhava a sua autonomia formativa e, desde a década de 1640, os superiores iam empregando os naturais na formação filosófica dos padres internos, dos externos e dos leigos. Há, desde o início do século XVII, a construção de um dispositivo de formação filosófica criado em âmbito local e que, provavelmente, respondia a problemas e dinâmicas circunscritas, não a localidades restritas, como províncias ou capitânias, mas a uma compreensão dinâmica e aglutinadora de todo o território americano sob o domínio da Coroa, como só os padres da Companhia de Jesus podiam criar.

Esse dispositivo formou não somente os futuros teólogos, a partir da formação metafísica, mas também os filósofos naturais, os políticos e moralistas e os lógicos da América portuguesa dos séculos XVI ao XVII. A escola filosófica da Companhia foi, é preciso dizer, a primeira instituição científica da América portuguesa. Antes mesmo dos Institutos de Pesquisa do século XX, dos Museus de História Natural do século XIX e das Academias do século XVIII, as Escolas de Humanidades, Filosofia e Teologia da Companhia de Jesus foram as instituições de cultura as mais importantes do Brasil dos séculos XVI e XVII.

49 VIEIRA, Antônio. Sermão da Sexagésima. Pregado na Capela Real, Lisboa. Este sermão pregou o autor no ano de 1655 vindo da Missão do Maranhão. In: VIEIRA, Antônio. Sermões. Organização Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000, p. 29.

Acreditamos que este estudo tenha contribuído para o maior conhecimento dos atores que viveram nas salas de aula ensinando filosofia nas escolas jesuíticas da América portuguesa, bem como para a sinalização de documentos inéditos, como as *Assertiones* e as *Conclusiones* de alguns dos professores que lecionaram nestas geografias. Tudo isso aponta para o fato de que a cultura filosófica existente e difusa naqueles espaços era preferencialmente aquela aristotélico-tomista. E essa cultura foi o filtro através do qual os peregrinos da América leram, interpretaram e agiram sobre a realidade e os sujeitos que se projetavam diante de seus olhos.

Bibliografia

Documentos primários

Catalogi breves e triennales Provinciae Brasiliae (ARSI, Bras., 5, I e II)

CARNEIRO, Manuel. *Sermam que pregou o padre mestre Manuel Carneiro da Companhia de IHS no Collegio do Rio de Janeiro em o segundo dia das Quarenta Horas, no anno de 1667*. Évora: Na officina da Universidade de Évora, 1668.

DIAS, Antônio. *Assertiones phylosophicae Ex libris de Anima depromptae. Quaestio Utrum ea fascinatio quae fit per oculos viribus naturae contigat? Defendet Antonius Diaz. Feria quinta solitis Scholarum horis. Cum facultate Inquisitorum Mense Februar. 1589. Apud Antonium Barrerium*. [1 f. / 375 x 233 / cap. orn. – Évora BP séc. XVI-4595.] (GOMES, João Pereira. Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 128)

JÚLIO, Valentim Stansel de Castro. *Uranófilo, o peregrino celeste: ou os éxtases da mente urânica peregrinando pelo mundo celeste*. Tradução e organização Carlos Ziller Camenietzki. 1ª edição. Belo Horizonte/Salvador: Fino Traço/Edufba, 2021.

LEITE, Gonçalo. *Carta do padre Gonçalo Leite ao padre Geral, Cláudio Acquaviva, de Lisboa, 20 de junho de 1586*. (ARSI, Lus., 69, 243) [Excerto em S.L., *História*, II, p. 228-229 & ZERON, 2011, p.160-161]

PEIXOTO, Jerônimo. *Conclusiones Logicae Ex Lib. de interpret. et reliquis desumptae. Quaestio disputanda. Pertineat ne recordatio ad genus aliquod notitiae intuitivae. /... / Sub patrocinio praeceptoris sui Baltazar Alvarez societatis IESU, defendet Ieronymo Peixoto eiusdem societatis. Die Iovis scholis matutinis & pomeridianis. Cum facultate Inquisitorum, & Ordinarij. 1596. Apud Antonium Barrerium*.

[I f. / 385 x 235 / caracts. roms./ cap. hist. – Évora BP séc. XVI-4794.] (GOMES, João Pereira. Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 167)

TENREIRO, Manuel. *Assertiones metaphysicae controversia disputanda Utrum corporis vitia possint in animum redundare. (se os defeitos do corpo podem transbordar para a alma) /...defendet Emmanuel Tenreiro eiusdem societatis. Die sabbati. Cum facultate Inquisitorum & Ordinarij. Mense Mart. 1595. Apud Antonium Barerium.* [I f. / 365 x 221 / caracts. roms./ cap. hist. – Évora BP séc. XVI-4777.] (GOMES, João Pereira. Os professores de filosofia da Universidade de Évora, 1559-1760. Évora: Câmara Municipal, 1960, p. 157)

Documentos secundários

ANDRADE, Antônio Alberto. *Vernei e a filosofia portuguesa*. Braga: Livraria Cruz, 1946.

BARONCINI, Gabriele. “L’insegnamento della filosofia naturale nei collegi italiani dei Gesuiti (1610-1670): un esempio di nuovo aristotelismo” In: BRIZZI, Gian Paolo. *La “Ratio Studiorum” – Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni Editore, 1981, pp. 163-215.

BRIZZI, Gian Paolo. “Expérience éducative et réécriture d’une norme scolaire – La scolarité de Pietro Antonio Adami chez les jésuites de Bologne à la fin du XVIIe siècle”. *Histoire de l’éducation* | n° 124 | octobre-décembre 2009 | 51-71;

BRIZZI, Gian Paolo. *La “Ratio Studiorum” – Modelli culturali e pratiche educative dei Gesuiti in Italia tra Cinque e Seicento*. Roma: Bulzoni Editore, 1981.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller. “O Paraíso Proibido. A censura à Chronica de Simão de Vasconcelos em 1663”. In: FIGUEROA, Luis Millones e LEDEZMA, Domingo (eds.). *El saber de los jesuitas, historias naturales y el Nuevo Mundo*. Madrid: teci, 2005, pp. 109-134.

CASTELNAU-L’ESTOILE, Charlotte de. *Operários de uma vinha estéril – Os jesuitas e a conversão dos índios no Brasil – 1580-1620*. Bauru: Edusc, 2006.

DEUSDADO, M. A. Ferreira. *A filosofia tomista em Portugal*. Traduzido, prefaciado, anotado e atualizado por Pinharanda Gomes. Porto: Lello & Irmão, 1978.

- DIAS, José Sebastião da Silva. *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006.
- EISENBERG, José. *As missões jesuíticas e o pensamento político moderno*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- GOMES, João Pereira. *Os professores de Filosofia da Universidade de Évora (1559-1759)*. Évora: Câmara Municipal, 1960.
- GOMES, João Pereira. *Os professores de Filosofia do Colégio das Artes (1551-1759)*. Braga: Faculdade de Filosofia, 1955.
- GOMES, Pinharanda. *Os conimbricenses*. Lisboa: Guimarães editores, 2005.
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Fábrica de intelectuais O ensino de Artes nos colégios jesuíticos do Brasil, 1572-1759”. *Revista História Unisinos*. v. 24, n. 1, janeiro/abril 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.241.03/60747482> Acesso em: 19 out. 2024.]
- LEITE, Bruno Martins Boto. “Conimbricenses nos trópicos: a escrita dos manuais de filosofia da Companhia de Jesus e sua importância nos colégios jesuítas do Brasil”. *Revista Brasileira de História da ciência*. v. 8, n 2, julho/dezembro 2015. Disponível em: http://sbhc.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2035 Acesso em: 19 out. 2024.]
- LEITE, Bruno Martins Boto. “A biblioteca do antigo colégio dos jesuítas no Rio de Janeiro: inventário das obras que restaram”. *Anais da Biblioteca Nacional*, 2014, 130: 255-289.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 tomos. Lisboa/Rio de Janeiro: Portugália/Civilização Brasileira, 1938-1950.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORA, José Ferrater. “Suárez y la filosofía moderna” In: MORA, José Ferrater. *Cuestiones disputadas – Ensayos de Filosofía*. Madrid: Revista de Occidente, 1955.
- PRAÇA, Lopes. *História da filosofia em Portugal*. Lisboa: Guimarães editores, 1988 [Primeira edição de 1868].
- SCHMITT, Charles B. *Aristotle and the Renaissance*. Cambridge: HUP, 1983.

SILVA DIAS, José Sebastião da. "Portugal e a cultura europeia". *Revista Biblios*, 28, 1952, pp. 20–498.

STEGMÜLLER, Friedrich. *Filosofia e Teologia nas universidades de Coimbra e Évora no século XVI*. Coimbra: UC, 1959.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*. Organização e Introdução Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2000.

ZERON, Carlos Alberto de Moura Ribeiro. *Linha de fé – A Companhia de Jesus e a Escravidão no processo de formação da sociedade colonial (Brasil, séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Edusp, 2011.

APÊNDICE

Data específica dos *Catálogos trienais* da Província do Brasil:

Número	Datas dos Catálogos existentes	Referência (ARSI)	Lapsos de informação entre um catálogo e o outro	Autores dos Catálogos
0	1562	<i>Bras.</i> 5. I, p. 2-3		Não tem assinatura: provavelmente de Luís da Grã, provincial naquele ano
1	1565	<i>Bras.</i> 5. I, p. 4-5	3 anos	Não tem assinatura: provavelmente de Luís da Grã, provincial naquele ano

2	1567	<i>Bras. 5. I,</i> p. 6-8	2	Não tem assinatura: provavelmente de Luís da Grã, provincial naquele ano
3	1570	<i>Bras. 5. I,</i> p. 9	3	Não tem assinatura. provavelmente de Luís da Grã, provincial naquele ano
4	1574	<i>Bras. 5. I,</i> p. 10-17	4	Não tem assinatura: provavelmente de Inácio de Tolosa, provincial naquele ano
5	1584	<i>Bras. 5. I,</i> p. 18-27	10	José de Anchieta e Cristóvão de Gouveia, visitador
6	1586	<i>Bras. 5. I,</i> p. 28-29	2	José de Anchieta
7	1589	<i>Bras. 5. I,</i> p. 30-34	3	Não tem assinatura: provavelmente de Marçal Beliarte, provincial naquele ano

				(Mas a letra é semelhante à de Anchieta!)
8	1598	<i>Bras. 5. I,</i> p. 35-46	9	Pero Rodrigues
9	1600	<i>Bras. 5. I,</i> p. 47-48; <i>Bras. 5. II,</i> p. 162-163	2	Pero Rodrigues
10	1601	<i>Bras. 5. I,</i> p. 49-56	1	Pero Rodrigues
11	1604	<i>Bras. 5. I,</i> p. 57-58, 64; <i>Bras. 5.</i> <i>II,</i> p. 164- 165.	3	Não tem assinatura: provavelmente de Pero Rodrigues – Não traz lista do colégio do Rio!
12	1606	<i>Bras. 5. I,</i> p. 59-63; <i>Bras. 5. II,</i> p. 166-169.	2	Duas versões: uma escrita por Pero Rodrigues & outra por Fernão Cardim
13	1607	<i>Bras. 5. I,</i> p. 65-78	1	Fernão Cardim
14	1610	<i>Bras. 5. I,</i> p. 79-95; <i>Bras. 5. II,</i> p. 170-180, 182-183.	3	Henrique Gomez

15	1613	<i>Bras. 5. I,</i> p. 96-110; <i>Bras. 5. II,</i> p. 181.	3	Henrique Gomez
16	1614	<i>Bras. 5. I,</i> p. 111-114	1	Henrique Gomez
17	1616	<i>Bras. 5. I,</i> p. 115-116	2	Pedro de Toledo
18	1617	<i>Bras. 5. I,</i> p. 117-119; <i>Bras. 5. II,</i> p. 184-185.	1	Não tem assinatura: provavelmente de Pedro de Toledo
19	1619	<i>Bras. 5. I,</i> p. 120-122	2	Não tem assinatura: provavelmente de Simão Pinheiro
20	1621	<i>Bras. 5. I,</i> p. 123-126	2	Não tem assinatura: provavelmente de Simão Pinheiro ou Domingos Coelho
21	1631	<i>Bras. 5. I,</i> p. 127-145	10	Não tem assinatura: provavelmente escrito por Antônio de Matos

22	1641	<i>Bras. 5. I,</i> p. 146-164; <i>Bras. 5. II,</i> p. 186-194.	10	Há dois catálogos desse ano: um genérico (de junho de 1641), outro mais detalhado (de abril do mesmo ano). Há informações adicionais no mais genérico! Não tem assinatura: provavelmente escrito por Manuel Fernandes
23	1646	<i>Bras. 5. I,</i> p. 165-182	5	Francisco Carneiro
24	1654	<i>Bras. 5. I,</i> p. 183-199	8	Francisco Gonçalves
25	1657	<i>Bras. 5. I,</i> p. 200-220; <i>Bras. 5. II,</i> p. 195-206.	3	Simão de Vasconcellos
25	1659	<i>Bras. 5. I,</i> p. 221-224	2	Baltazar de Siqueira
26	1660	<i>Bras. 5. I,</i> p. 225-249; <i>Bras. 5. II,</i> p. 207-219.	1	Baltazar de Siqueira

27	1662	<i>Bras. 5. II,</i> p. 1-4	2	Joseph da Costa
28	1663	<i>Bras. 5. II,</i> p. 5-29	1	Joseph da Costa
29	1667	<i>Bras. 5.</i> II, p. 30-32	4	Gaspar Alvares

Recebido em 09 de novembro de 2024
Aprovado em 27 de dezembro de 2024